



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 134/135

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Natálio Stica
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 024ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE DEZEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Marcos Isfer.

Às dezoito horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimaraes, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(a) MARCOS ISFER

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que estabelece requisitos para a criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação na forma que especifica. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 301/2003**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os processos de criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, acompanhamento, avaliação, reconhecimento dos cursos de graduação na área de saúde, das instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, ficam subordinados às disposições da presente lei.

Art. 2º - A solicitação de criação de cursos de graduação referidos no artigo anterior, por universidades e demais instituições de ensino superior, deverá ser encaminhada ao Conselho Estadual de Educação e ao Conselho Estadual de Saúde.

§ 1º - Na avaliação feita pelo Conselho Estadual de Educação deverão ser consideradas as seguintes condições:

I - situação da entidade mantenedora da Instituição de Ensino;

II - estado das instalações físicas para o exercício de ensino superior;

III - a estrutura ofertada pelo curso;

IV - a qualidade dos recursos didático-pedagógicos e de sua manutenção.

§ 2º - Para atender o requisito de manutenção, a instituição de ensino responsável pela criação dos cursos

de que trata esta lei, deverá comprovar dotação orçamentária específica para sua completa implantação, bem como, formas de sustentação financeira, a médio e longo prazo.

Art. 3º - O Conselho Estadual de Educação deverá encaminhar a matéria ao Conselho Estadual de Saúde, para que se manifeste, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sobre os aspectos de sua competência.

Art. 4º - Compete ao Conselho Estadual de Saúde, com anuência prévia dos órgãos de classe representativos das áreas profissionais de saúde, analisar e avaliar as solicitações de criação dos cursos a que se refere a presente lei, observando todos os seus aspectos correlatos, emitindo parecer conclusivo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, no que concerne à observância da necessidade social e requisitos indispensáveis estabelecidos, conjuntamente, pelas respectivas entidades de representação.

§ 1º - As entidades de representação profissional, no âmbito do Estado, mencionadas no *caput* deste artigo, deverão se pronunciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sobre a necessidade social e o preenchimento ou não dos requisitos indispensáveis para a criação, implantação, aumento ou redução de vagas e suspensão ou manutenção dos cursos.

§ 2º - O pronunciamento devidamente fundamentado das entidades referidas neste artigo, será tido como de considerável relevância.

Art. 5º - As análises constantes do artigo anterior, no que diz respeito à necessidade social, deverão levar em conta os seguintes critérios:

a) a relação entre o número de profissionais devidamente registrados nos órgãos de representação de cada classe referida nesta lei e o número de habitantes do Estado do Paraná;

b) a relação entre a taxa de crescimento anual da população e a de profissionais;

c) o número de faculdades e vagas nos respectivos cursos.

Art. 6º - As instituições que tiverem seus projetos de criação de curso aprovados na forma desta lei e aquelas que estiverem em funcionamento serão objeto de avaliação permanente pelos Conselho Estadual de Educação e Conselho Estadual de Saúde, os quais não dispensarão, para tanto, a colaboração das entidades referidas no artigo 4º, tendo em vista o objetivo comum de ver assegurada a qualidade do ensino e a efetiva implantação do que houver sido proposto.

§ 1º - Identificadas deficiências de ensino ou irregularidades no processo de avaliação, às instituições responsáveis será concedido o prazo de um ano para que tais vícios sejam sanados.

§ 2º - Esgotado o prazo constante no parágrafo anterior e não sanados os vícios, será facultado às entidades de representação profissional, através de parecer fundamentado, indicar a suspensão temporária ou desativação dos cursos autorizados.

§ 3º - O reconhecimento do curso ficará condicionado aos resultados da avaliação prevista neste artigo.

Art. 7º - Respeitando o princípio da cooperação entre os entes federativos, o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Saúde manifestar-se-ão previamente junto ao Conselho Nacional de Educação e do Conselho Nacional de Saúde, quando instado, sempre que houver a intenção de instituições de ensino superior, vinculadas ao Sistema Federal da Educação, de instalarem cursos na área da saúde, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 8º - Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação, ouvidos o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual de Saúde, com manifestação perante estes, dos órgãos de representação dos profissionais da área de saúde.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 336/2004, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que altera a Lei nº 14.427, de 07 de junho de 2004, que dispõe sobre o uso do aparelho desfibrilador. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 336/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados os incisos IV, V, VI, VII e IX do artigo 2º, da Lei 14.427 de 07 de junho de 2004, que passam a ter a seguinte redação:

“IV - os estádios de futebol e ginásios de esportes, com capacidade superior a 2.000 (duas mil) pessoas;

V - as instituições de ensino superior com concentração superior a 2.000 (duas mil) pessoas, por sede e por turno;

VI - os clubes sociais e esportivos ou academias de ginástica com concentração superior a 2.000 (duas mil) pessoas/dia;

VII - os centros de eventos e exposições com concentração ou circulação superior a 2.000 (duas mil) pessoas/dia;

IX - os teatros, casas de espetáculos, cinemas, com concentração superior a 1.000 (mil) pessoas/dia.”

Art. 2º - Fica suprimido o inciso VIII, do artigo 2º da Lei 14.427.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 419/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Kaloré, com sede e foro no Município de Kaloré. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16.11.2004).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 442/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Inácia Dutra Duarte, no Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 442/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Inácio Dutra Duarte, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1400/2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor devido ao FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas e altera dispositivos que especifica da Lei nº 12.216/98, modificados pela Lei nº 12.604/99. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ ÀS EMENDAS 01 E 02 E CONTRÁRIO À EMENDA 03. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar Emenda aprovada em 2ª discussão. APROVADA, com votos contrários da Deputada Luciana, e dos Deputados Tadeu, Padre Paulo e Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, queria encaminhar o Item 6º, com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1401/2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor da TAXA JUDICIÁRIA, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA 01 E CONTRÁRIO À 02. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar Emenda aprovada em 2ª Discussão. APROVADA, com voto contrário da Bancada do PT. Voto contrário da Deputada Elza Correia.

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 15/2004, que cria cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA 01 E CONTRÁRIO À 02. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar Emenda aprovada em 2ª Discussão. **Aprovada.**

O SR. TADEU VENERI (**Pela Ordem**)

Com acolhimento da Emenda naquele projeto que nós conversamos anteriormente, que prevê que todas as vezes que o Tribunal precisar reajustar seus valores, que mande a esta Casa uma mensagem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma.

O SR. DURVAL AMARAL

Só para registrar os votos contrário no item 7º, da Bancada de Oposição.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Também no item 7º, registre um voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O item 8º, não houve necessidade de ir à 3ª discussão, porque foi retirada a emenda, e foi conforme requerimento aprovado anteriormente, os projetos em 2ª discussão que não tinham sofrido emendas foram já aprovados, por isso saiu da pauta.

O item 09, também no entendimento, tiramos da pauta anteriormente. Então, não há necessidade já estava pronta a ordem da Sessão.

Então, os itens 8º e 9º não estão sendo votados.

O SR. ELIO RUSCH

Mas, o item 9º, nós não aprovamos um Substitutivo? Não foi?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou consultar minha jovem assessoria.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 13/2004, que objetiva a criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF.

Em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Finanças.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2004, de autoria do Tribunal de Contas, que altera o artigo 1º e o parágrafo único da Lei nº 11.174/95 e os artigos 1º e 2º e o parágrafo único da Lei nº 11.308/96, e dá outras providências. (Vencimento de Conselheiros do Tribunal de Contas). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, será discutido agora o item 11, 2ª discussão do Projeto de Lei 406/2004, de autoria do Tribunal de Contas, altera o artigo 1º, e o parágrafo único da Lei 11.174/95 e 11.308/96.

Indago a V. Exa. o que significa esta mudança, o que é que estamos mudando, nestas duas leis que estão para serem votadas agora, tendo em vista que não tive informação do tempo para saber.

Peço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou suspender a Sessão por três minutos e encaminhar-lhe o projeto.

(Suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão Extraordinária)

O SR. NEIVO BERALDIN

Vou fazer-lhe uma observação, para que no ano que vem esta Casa apresente um projeto de lei que ninguém possa ganhar mais que Deputado Estadual. Esse projeto seria muito importante, porque estamos vendo órgão auxiliar recebendo aumento, Tribunal de Justiça.

Deveríamos limitar o salário, porque a população discute muito esta questão dizendo que os Deputados ganham salários elevados.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (**Para Discutir**)

A respeito da emenda que foi apresentada, porque apresentamos uma. Vai ser votada, porque o projeto original não previa que houvesse retroatividade. E, hoje de manhã, apresentamos a emenda e foi aceita e que está sendo incorporada ao projeto uma emenda supressiva ao artigo 5º, ou seja, passa a vigorar a partir da data que for promulgada, a partir do ano que vem.

Estou fazendo esta consideração, Sr. Presidente, porque sabemos que os funcionários desta Casa já tiveram aqui um projeto aprovado e que vale a partir do ano que vem. E seria injusto que aprovássemos um projeto retroativo ao Tribunal de Contas para agosto, e que isso acontecesse com a maior naturalidade.

Ontem mesmo afirmei que nós, muitas vezes, somos extremamente generosos com alguns setores e extremamente duros com outros. Particularmente isso me levou a fazer esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça que foi apresentado pelo Deputado Tadeu Veneri e devidamente aprovado naquela Comissão.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação o Projeto.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004, de autoria do Poder Executivo, que estabelece os casos de contratação de pessoal por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CF.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 03 (três) de autoria de diversos Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 485/2004

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 485/2004, originário do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a redação do inciso X do artigo 2º, conforme redação que segue:

“Art. 2º -...

...

X - realizar atividades de vigilância e inspeção, relacionada à defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal vegetal ou humana”.

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02

Art. 1º - Modifica o artigo 22 do Projeto de Lei nº 485/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 349 e parágrafos, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.”

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

Elton Carlos Welter, Nelson Justus, Nelson Tureck, Delegado Bradock e José Maria Ferreira.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 03

A presente Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 485/2004, originário do Poder Executivo, tem por objetivo suprimir os incisos IV, VII, VIII, IX, XI e XII renumerando-se, seqüencialmente, os incisos remanescentes e suprimindo dos artigos seguintes, remissões feitas a estes incisos ora suprimidos.

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS, DURVAL AMARAL e ELIO RUSCH.

O projeto retornará à Comissão de Constituição e Justiça. Só será votado o ano que vem. Encerra-se a discussão.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 39/2004, que objetiva autorizar o Poder Executivo a regulamentar e promover enquadramento de detentores de cargos efeti-

vos ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo e do Quadro do Instituto Agrônomo do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (Pela Ordem)

A Bancada do Partido dos Trabalhadores protocolou na quarta-feira passada uma carta e um requerimento ao Sr. Governador, pedindo que ele assinasse o convênio com a ONG APEART. Eu quero hoje pedir à Mesa, caso ele já mandou a resposta a este nosso Requerimento. Se não o fez eu gostaria de estar pedindo ao Governador Roberto Requião, apelando para o bom senso, mais que isso, apelando para a benevolência e ao seu espírito de justiça que se diz ler na “Cartilha de Puebla”, que trata, Deputado Anibelli, da opção preferencial pelos pobres. E hoje nós temos quase cem mil profissionais que há nove meses não recebem o mínimo, que é duzentos e sessenta reais! É lamentável! Esses trabalhadores que há nove meses não recebem, não poderão celebrar o seu Natal!

Deputado Nelson Justus, é lamentável. Queremos aqui apelar ao Sr. Governador, aos Deputados do PMDB, aos Deputados do PT, que protocolaram esse requerimento, para que o Sr. Governador não deixasse terminar o ano, 31 de dezembro, sem assinar esse convênio que está levando ao sofrimento os nossos trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2320, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 676 e 677/2003; 262, 359, 438, 448 e 461/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 216 e 406/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de 2004, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência

do Sr. Deputado Ademir Bier, com a presença dos Srs. Deputados Marcos Isfer, Durval Amaral, Ademar Traiano e José Maria Ferreira membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando a palavra ao Deputado Marcos Isfer, Relator do Projeto de Lei nº 351/2004, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2005 de que trata a Mensagem nº 24/2004. Abrindo o seu parecer, o Deputado Marcos Isfer fez um amplo relato dos trabalhos da Comissão, e que foram apresentadas 5139 emendas ao Projeto. 2638 foram acolhidas, sendo 2163 à despesa, 458 ao conteúdo programático e 17 ao texto da Lei. Antes da votação de seu parecer, o Deputado Marcos Isfer, agradeceu aos técnicos da Comissão de Orçamento pelo empenho com que elaboraram os trabalhos da mesma. O Presidente colocou, então, em votação o Parecer do Deputado Marcos Isfer ao Projeto de Lei nº 351/2004. Os membros da Comissão deram Parecer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de Substitutivo Geral. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para contar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. de Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 025ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2004

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Marcos Isfer.

Às dezenove horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza

Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício 1400/2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor devido ao FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas e altera dispositivos que especifica da Lei nº 12.216/98, modificados pela Lei nº 12.604/99. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 676/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 1º - A atualização, a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, terá como termo inicial a data da vigência da Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999.

§ 2º - Quanto às escrituras públicas, o recolhimento será exigido no ato de sua lavratura, ficando cópia arquivada no Registro de Imóveis e no FUNREJUS, dispensando-se a comprovação pelos tabeliães de notas do recolhimento das mesmas, até a data da edição desta lei.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, modificado pela Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - ...

(...)

VII - ...

a) ...;

b) não estão sujeitos ao pagamento:

(...)

19. os órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

VIII - 100% (cem por cento) das causas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 677/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício 1401/2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor da taxa judiciária, conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 677/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor da taxa judiciária.

Parágrafo Único - A atualização, a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, terá, como termo inicial, a data da vigência da Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 262/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 15/2004, que cria cargos na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 262/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados, na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 04 (quatro) cargos de Diretor, símbolo DAS-2;

II - 07 (sete) cargos de Coordenador de Projetos de Produção de Televisão e Rádio, símbolo DAS-3;

III - 08 (oito) cargos de Assessor, símbolo DAS-4; e

IV - 03 (três) cargos de Gerente, símbolo 1-C.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por dotações orçamentárias consignadas à entidade, em cuja estrutura estão sendo criados os cargos mencionados nos incisos I a IV do artigo 1º desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 359/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar nas creches e escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 359/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigado a inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar nas creches e escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O cardápio da merenda escolar deverá fazer constar, pelo menos três vezes por semana, um produto à base de soja.

Art. 2º - O Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, promoverá cursos de capacitação, preparação e aperfeiçoamento em produtos de soja para as merendeiras escolares.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 438/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 33/2004, que altera dispositivos da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes à consignação em folhas de pagamento de militares e servidores civis. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 438/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os incisos VIII e IX, do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, passam a ter a seguinte redação:

“VIII - mensalidade de cooperativa de crédito mútuo de servidor público no Estado do Paraná, associação assistencial e sindicato legalmente reconhecido como organização representativa de classe de militar e de servidor público estadual do Paraná;

IX - auxílio financeiro de associação assistencial e sindicato legalmente reconhecido como organização representativa de classe de militar e de servidor público estadual do Paraná, ou empréstimo de instituição bancária, financeira, cooperativa de crédito mútuo e de entidade aberta de previdência privada;”

Art. 2º - Fica revogado e parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002.

Art. 3º - A presente lei será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deixei de votar o item 04 e o item 06, porque um foi retirado da pauta e o outro foi dispensado da Redação Final.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o senhor não pode fazer este tipo de discriminação com a juventude!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não estou discriminando. Estou só pedindo a colaboração dos Srs. Parlamentares, para que tenham compreensão com os meus jovens assessores.

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 448/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi, que dispõe que o Poder Executivo compensará dívidas de devedores dos “ativos” adquiridos pelo Estado do Paraná, oriundos do Banco do Estado do Paraná, com precatórios contra a Fazenda Pública Estadual, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 448/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos pertencentes ao Estado do Paraná, relativos aos “Ativos” adquiridos pelo Estado do Paraná do Banco do Estado do Paraná S/A, por força do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob condição, celebrado em 30 de junho de 1998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S/A e do Banco Central do Brasil, ajuizados ou não, sob gestão da Agência de Fomento do Paraná S/A, poderão ser objeto de compensação com precatórios vencidos e inscritos no Orçamento do Estado do Paraná, observado o valor da data do requerimento de compensação.

§ 1º - Os precatórios apresentados para fins de compensação, deverão ser expendidos, processados, deferidos e registrados pelo Tribunal competente, não podendo sobre os mesmos haver pendência de recurso judicial de qualquer espécie.

§ 2º - Os precatórios terão o seu valor atualizado monetariamente e com a incidência de juros até a data do protocolo do requerimento de compensação, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

§ 3º - Para os efeitos desta lei, os precatórios, a critério de seu titular, poderão ser cedidos por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros, detentores de débitos para com o Estado do Paraná, decorrentes de “Ativos” adquiridos do Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 2º - A compensação restringir-se-á a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor devido pelo requerente, devendo o saldo remanescente ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pela taxa referencial - TR acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano, sendo vedada a concessão de prazo de carência.

§ 1º - Para fins de cálculo do valor da(s) operação(ões) a ser(em) compensada(s), adotar-se-á o valor de aquisição pelo Estado do Paraná corrigido(s) monetar-

amente pela taxa referencial - TR acrescido(s) de juros de 6% (seis por cento) ao ano até a data do protocolo do requerimento de compensação, abatidos os valores pagos durante o período.

§ 2º - Quando os encargos contratuais pactuados vigentes forem mais favoráveis ao devedor, para fins de cálculo adotar-se-á o valor de aquisição pelo Estado do Paraná acrescidos dos encargos previstos contratualmente até a data do protocolo do requerimento de compensação, abatidos os valores pagos durante o período.

§ 3º - O não pagamento da(s) parcela(s) devida(s) referente ao saldo remanescente por parte do requerente, implicará na imediata propositura das medidas judiciais cabíveis por parte da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3º - O requerimento para compensação será protocolado na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora dos "Ativos" do Estado do Paraná e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá indeferi-lo, fundamentadamente.

Art. 4º - O pedido de compensação será encaminhado ao Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto Estadual nº 3.764, de 23 de março de 2001 ou seu sucessor, o qual aprovará ou não, após o exame de admissibilidade realizado pela Procuradoria Geral do Estado os requerimentos de compensação de dívidas com precatórios requisitórios.

§ 1º - Os pedidos de compensação referentes a valores objeto de demanda judicial, se aprovados, serão encaminhados ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado para deliberação.

§ 2º - Deferido o pedido de compensação, o titular do precatório ou cessionário, no prazo de 10 (dez) dias, informará ao Juízo da compensação operacionalizada e efetuará o pagamento do saldo remanescente da forma aprovada.

Art. 5º - A extinção dos débitos, realizada na forma desta lei, não dispensará o devedor do pagamento das despesas processuais e tampouco dos honorários advocatícios de sucumbência devidos à Procuradoria Geral do Estado, quando a dívida a ser compensada for objeto de demanda judicial.

Parágrafo Único - Os honorários de sucumbência devidos, quando não arbitrados pelo Juízo, serão negociados diretamente com a Procuradoria Geral do Estado, limitados ao percentual de 10% (dez por cento) do valor da dívida compensada.

Art. 6º - Os benefícios previstos nesta lei não são cumulativos com outros já existentes, bem como, com outros que, porventura, venham a ser estabelecidos, prevalecendo o critério estabelecido no artigo 2º da presente lei.

Art. 7º - A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para a União, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 8º - A Secretaria de Estado da Fazenda observará, para fins de assentamentos contábeis da compensação, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados na forma desta Lei, ficando o devedor, entretanto, quite com a obrigação compensada.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 461/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa de Voluntariado do Município de Vila Alta, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Umuarama. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2004, de 06.12.2004).**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 13/2004, que objetiva a criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2004, de autoria do Tribunal de Contas, que altera o artigo 1º e o parágrafo único da Lei nº 11.174/95 e os artigos 1º e 2º e o parágrafo único da Lei nº 11.308/96, e dá outras providências. (Vencimento de Conselheiro do Tribunal de Contas). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

O item 12 foi retirado da pauta, porque foi apresentada uma emenda na Sessão anterior.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. nos informou se teremos uma nova Sessão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Teremos mais duas Sessões e encerraremos o ano legislativo.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Pela Ordem**)

Usarei a Questão de Ordem da última Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente nobre Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 216, 351 e 406/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/2004.

Levanta-se a Sessão.